

Classificação da publicação

“Terras do Ave”

(Aprovada em reunião plenária de 17.SET.03)

I. Introdução

1. O Instituto de Comunicação Social (ICS) solicitou, em 7 de Abril de 2003, à Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), ao abrigo do disposto na alínea o) do artº 4º da Lei nº 43/98, de 6 de Agosto, a classificação da publicação “Terras do Ave”.
2. Para instrução deste pedido foram enviados a esta AACS:
 - a) Os exemplares nº 335, 337 e 339, respectivamente de 15 de Janeiro, 15 de Fevereiro e 15 de Março de 2003;
 - b) Uma declaração daquele periódico onde se constata que o mesmo é posto à venda nas bancas do concelho de Vila do Conde e remetido por assinatura para vários distritos de Portugal e ainda para França, Espanha, Alemanha, Suíça, Bélgica, Holanda, Inglaterra, EUA, Venezuela, Angola, Moçambique, África do Sul, Brasil e Canadá;
 - c) No seu número 339 é publicado o Estatuto Editorial, onde a publicação se define como regional. Assume respeitar os princípios deontológicos da imprensa bem como fomentar e usar a ética profissional do jornalismo, salvaguardando o seu fim social, cultural e informativo;
 - d) Pela consulta dos três exemplares pode constatar-se que este jornal é editado quinzenalmente.

II. Análise

1. Nos termos legais esta AACS é competente para a classificação da presente publicação
2. Nos termos do nº1 do artº 11º e do nº 1 do artº 12º da Lei 2/99, de 13 de Janeiro, as publicações são classificadas com periódicas quando são “editadas em série contínua sem limite de duração, sob o mesmo título, abrangendo períodos determinados de tempo” e portuguesas se “editadas em qualquer parte do território português (...), sob a marca e responsabilidade de editor português”
3. Segundo nos nºs 1 e 2 do artº 13º do mesmo diploma legal, são doutrinárias as publicações que pelo seu conteúdo ou perspectiva de abordagem visem predominantemente divulgar qualquer ideologia ou credo religioso” e informativas “as que visem predominantemente a difusão de informação e notícias”.

4. O mesmo artigo, nos seus n.ºs 3 e 4 acrescenta que são de informação geral as publicações que “tenham por objecto predominante a divulgação de notícias ou informação de carácter não especializado” e especializadas “as que se ocupem predominantemente de uma matéria, designadamente científica, artística ou desportiva”.

5. Quando à expansão, o art.º 14.º, do mesmo diploma, nos seus n.º 1 e 2, define como publicações de âmbito nacional as que “tratando predominantemente de temas de interesse nacional ou internacional, se destinem a ser postas à venda na generalidade do território nacional”, e de âmbito regional “as que, pelo seu conteúdo e distribuição, se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais”.

6. Assim, compulsado o referido periódico e todo o processo remetido, conclui-se que estamos em face de um jornal editado quinzenalmente e em território português. Visa a informação não especializada dos seus leitores. Os seus temas predominantes são de interesse regional (especialmente assuntos cujo horizonte geográfico são os do concelho de Vila do Conde).

III. Conclusão

Nestes termos, a Alta Autoridade para a Comunicação social delibera, de acordo com o disposto no art.º 4, al. o) da Lei n.º 43/98, de 6 de Agosto, classificar a publicação “Terras do Ave” como publicação periódica, portuguesa, de informação geral e âmbito regional”.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade com votos de Manuela Matos (Relatora), Artur Portela, Sebastião Lima Rego, José Garibaldi (Vice-Presidente), João Amaral, Jorge Pegado Liz e José Manuel Mendes.

Alta Autoridade para a Comunicação Social
em
17 de Setembro de 2003

O Vice-Presidente


José Garibaldi